

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

ESTHER WYSE DE LUCENA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Porto Alegre
2018**

ESTHER WYSE DE LUCENA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Orientador: Prof. Sidinei Rocha de Oliveira

**Porto Alegre
2018**

ESTHER WYSE DE LUCENA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em: 13 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Christine da Silva Schröder – UFRGS

Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira – UFRGS (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a UFRGS e a Escola de Administração e todo seu quadro docente pela oportunidade de estudar, refletir e adquirir conhecimento, o que infelizmente ainda é um privilégio na nossa sociedade. Agradeço em particular ao meu orientador, Prof. Sidinei Rocha de Oliveira por toda a ajuda, compreensão e conhecimentos perpassados, tanto no TCC quanto durante a Iniciação Científica. Obrigada pela oportunidade, confiança e apoio para passar pelos obstáculos que houveram durante essa trajetória.

A minha mãe, minha primeira motivadora, que sempre me apoiou para alcançar meus sonhos. Obrigada pelo amor incondicional, sem ti não estaria aqui.

Ao meu namorado e companheiro, por sempre estar comigo, me apoiando e acreditando em mim.

Aos meus amigos, obrigada pelos momentos de descontração e risadas certas.

Obrigada aos Professores Predo V. Brites e Nilson Perinazzo por apoiarem o estudo e disponibilizarem do seu tempo, assim como todos os professores que ajudaram a compartilhar a pesquisa para os estudantes. E por último, agradeço a todos os graduandos de RI que participaram e possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender como ocorre o processo de inserção profissional dos estudantes de Relações Internacionais. A expansão e diversificação do ensino superior, assim como a mudança no cenário econômico nos últimos anos trazem consequências no mercado de trabalho, principalmente para os jovens que estão se inserindo profissionalmente. Para basear a discussão teórica foram abordados três grandes temas: o curso de Relações Internacionais, ensino superior, e mercado de trabalho e inserção profissional. Primeiramente foi usado um método qualitativo – entrevistas com alunos e coordenadores do curso – a fim de melhor compreender sobre a área e utilizar como apoio para a criação de instrumento de coleta de pesquisa usado na etapa quantitativa. O questionário foi divulgado por meios exclusivamente online, obtendo 443 respostas válidas. Observa-se que os indivíduos são influenciados por elementos como origem familiar, sexo, contexto econômico, etc. O tipo de Instituição de Ensino Superior (pública ou privada) influencia na inserção profissional dos graduandos, com os estudantes de IES públicas possuindo inserções mais qualificantes. Observa-se dois perfis distintos em alunos de Instituições privadas: alunos que precisam trabalhar para prosseguirem com o curso e aqueles que vieram de famílias com maior capital econômico, o que permite maior vantagem na conquista de um trabalho qualificado.

Palavras-chave: Inserção profissional. Ensino superior. Mercado de trabalho. Graduação em Relações Internacionais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Número de matrículas e concluintes de 2013 a 2017.....	17
Figura 1 – Aspectos e contexto da inserção profissional.....	20
Figura 2 – Inserção profissional qualificante e não qualificante.....	20
Quadro 2 – Relação inserção profissional qualificante e não qualificante com déclassement.....	21
Quadro 3 – Construtos, elementos teóricos, autores e questões do instrumento de pesquisa.....	24
Quadro 4 – Questões acerca da Inserção Profissional.....	24
Quadro 5 – Questões acerca da Mobilidade Social.....	28
Gráfico 1 – Sexo dos respondentes.....	32
Gráfico 2 – Etnia dos respondentes.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estados e Regiões dos respondentes.....	30
Tabela 2 – Número de Instituições que oferecem o curso por região.....	31
Tabela 3 – Tipo de instituição de ensino.....	31
Tabela 4 – Idade: média, desvio padrão, mínimo e máximo.....	32
Tabela 5 – Semestre dos respondentes.....	33
Tabela 6 – Matrículas no ensino superior em 2017 por cor/raça.....	34
Tabela 7 – Iniciou ou concluiu outro curso de graduação.....	34
Tabela 8 – Incentivo governamental ao ingressar no ensino superior.....	34
Tabela 9 – Conhecimento das línguas inglesa e espanhola.....	35
Tabela 10 – Ocupação do pai quando o estudante tinha 14 anos.....	35
Tabela 11 – Ocupação da mãe quando o estudante tinha 14 anos.....	37
Tabela 12 – Escolaridade do pai.....	38
Tabela 13 – Escolaridade da mãe.....	39
Tabela 14 – Renda familiar (R\$).....	39
Tabela 15 – Expectativas após terminar ensino médio.....	40
Tabela 16 – Situação durante o curso.....	41
Tabela 17 – Graduandos que realizaram intercâmbio/mobilidade acadêmica.....	41
Tabela 18 – Afirmações sobre o curso e inserção profissional.....	42
Tabela 19 – Trabalha atualmente.....	43
Tabela 20 – Trabalho do aluno é relacionado a Relações Internacionais.....	43
Tabela 21 – Tipo de organização.....	44
Tabela 22 – Tempo que trabalha na organização.....	44
Tabela 23 – Rendimentos médios sobre trabalho atual.....	45
Tabela 24 – Trabalho atual possui planos de qualificação.....	46
Tabela 25 – Tipo de contrato de trabalho.....	46
Tabela 26 – Vínculo de trabalho.....	46
Tabela 27 – Afirmações sobre o trabalho atual.....	47
Tabela 28 – Percepção sobre vagas de trabalho.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	OBJETIVOS.....	9
1.1.1	Objetivo Geral.....	10
1.1.2	Objetivos Específicos.....	10
1.2	JUSTIFICATIVA.....	10
2	REVISÃO TEÓRICA.....	12
2.1	CONTEXTO DO ESTUDO.....	13
2.1.1	O Curso de Relações Internacionais.....	13
2.1.2	Mudanças no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho no Brasil.....	15
2.2	INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	16
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3.1	ETAPA QUALITATIVA.....	22
3.2	ETAPA QUANTITATIVA.....	22
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	29
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	30
4.2	ORIGEM FAMILIAR.....	35
4.3	INGRESSO E DESENVOLVIMENTO DO CURSO.....	40
4.4	SOBRE O TRABALHO ATUAL.....	42
4.5	INSERÇÃO QUALIFICANTE E NÃO QUALIFICANTE.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS COM ALUNOS E COORDENADORES.....	55
	ANEXO – QUESTIONÁRIO.....	56

1 INTRODUÇÃO

A educação formal no Brasil passou por mudanças nos últimos anos, muitas destas responsáveis por um grande aumento de ingressantes no ensino superior, o qual passou de 3 milhões de matrículas em 2001 para mais de 8 milhões em 2015 (INEP, 2016). A ampliação de vagas, criação de novos cursos e sistemas de acesso ao ensino, como PROUNI, FIES e ações afirmativas, mudaram as instituições de ensino e o perfil do jovem brasileiro. Porém, junto com o esforço de uma educação mais democratizada e acessível, o cenário político-econômico do país também sofre alterações, como a crise econômica e aumento da taxa de desocupação – pessoas que não tem trabalho, mas estão dispostas a trabalhar e que procuram emprego – que esse ano chegou a 13% no segundo trimestre de 2017 (IBGE), com uma taxa maior entre jovens de 18 a 24 anos, que chegou a 27,3% no mesmo período (IBGE).

Tal contexto traz dificuldades para o jovem que está finalizando sua formação e que busca ingressar no mercado de trabalho, fazendo com que essa passagem se transforme em um processo longo e complexo ao invés de um acontecimento instantâneo na vida do indivíduo. O processo de entrada na vida adulta, o qual é marcado pela independência econômica e saída da casa dos pais seguida da formação de uma nova família, de acordo com Volkmer Martins e Arisbo (2017, apud Galland 2000) está sendo postergado pelos jovens, incluindo a entrada no mercado de trabalho.

A inserção profissional é um processo individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012b). Individual por ser influenciado de acordo com as origens familiares, expectativas profissionais e experiências profissionais de cada um; coletivo por pessoas de uma mesma geração ou grupos profissionais possuírem vivências semelhantes; histórico por desenvolver-se ao longo da trajetória das pessoas e por elementos que influenciaram certos momentos no tempo e no espaço; e socialmente inscrito por situar-se em determinado contexto socioeconômico e cultural.

Dessa forma, observa-se que diversos elementos temporais influenciam nesse processo da vida dos indivíduos, como mudanças na economia de mercado, aumento na demanda por certas atividades profissionais, assim como o excesso de oferta de mão de obra para alguns mercados. Observa-se que o curso de graduação em relações internacionais é diretamente afetado por essas variáveis. Criado em 1974 na UnB, o bacharelado em relações internacionais objetiva qualificar profissionais para atuarem no sistema internacional, conduzindo as relações entre povos, nações e empresas, além de promover o entendimento

para facilitar acordos políticos, militares, econômicos e militares. Para isso, o conhecimento de idiomas se torna de grande importância para esses acadêmicos, além do currículo do curso ser baseado em três grandes áreas: política, economia e direito, com essas matérias possuindo uma forte relação com o estudo da história como meio de análise e compreensão de contextos. O mercado de trabalho para essas pessoas abrange várias áreas, como o setor público, empresas privadas, instituições internacionais, em organizações não governamentais, empresas de consultoria, instituições financeiras nacionais e internacionais e na assessoria sobre questões internacionais a ministérios, partidos políticos, etc.

O curso de relações internacionais vem passando por um crescente aumento de interesse dos vestibulandos, devido à globalização, ao maior acesso a informações decorrentes desse processo e que também foi influenciado pelo papel mais forte que o Brasil estava ocupando no mercado internacional há alguns anos. Percebe-se que nos últimos anos houve uma alta demanda pelo curso, mostrado no aumento no número de matrículas que passou de 6.506 em 2000 (INEP, 2001) para 23.167 em 2015 (INEP, 2016), assim como no número de inscritos nos vestibulares do mesmo, em que em muitas universidades do país aparece até hoje como uma das graduações mais concorridas. Por ser um curso com um grande aumento de procura e com uma oferta não muito grande de instituições que o oferecem – em 2015, 108 instituições entre públicas e privadas possuíam o curso no país (INEP, 2016) – observa-se que o curso vem obtendo um perfil de ingressantes com alta qualificação. Porém, esse aumento de procura pelos jovens não corresponde a um aumento proporcional na oferta de empregos pelo mercado de trabalho.

Inserção profissional ainda é um tema pouco explorado no Brasil, com um grande número de trabalhos empíricos e que não buscam o desenvolvimento do conceito, o que agravasse quando se trata sobre a realidade do curso de Relações Internacionais. Contudo, destaca-se que a compreensão do processo de inserção no mercado de trabalho e suas variáveis são muito importantes para entender contextos específicos do ensino e do mercado de trabalho em cada país e região. Dado essas premissas, questiona-se: **Como está ocorrendo a inserção profissional dos estudantes de relações internacionais ao observar os diferentes aspectos influenciadores no processo de ingresso no mercado de trabalho?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inserção profissional dos estudantes de Relações Internacionais.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil do aluno de relações internacionais;
- Analisar como as diversas variáveis envolvidas no processo de inserção profissional estão impactando no ingresso ao mercado de trabalho desses estudantes;
- Analisar as atividades ocupadas pelos estudantes de relações internacionais;
- Discutir se a inserção profissional dos estudantes de relações internacionais pode ser considerada como qualificante.

1.2 JUSTIFICATIVA

Torna-se importante analisar o processo de inserção profissional de diferentes grupos para uma análise mais aprofundada da dinâmica de inserção de acordo com as particularidades regionais e culturais, além de melhor compreender como os fatores envolvidos no processo de empregabilidade influenciam no exercício da profissão. Dessa forma, busca-se contribuir com as pesquisas existentes relacionadas a inserção profissional a fim de posteriormente comparar os resultados obtidos com os já encontrados em pesquisas anteriores para incrementar a discussão da temática, além de aprofundar o conhecimento de como ocorre o desenvolvimento profissional dos jovens e o primeiro momento da força de trabalho dos mesmos, esperando-se então contribuir com a literatura que ainda não é muito trabalhada no país.

Além disso, espera-se compreender com maior clareza o contexto específico do curso de relações internacionais, sendo este ainda recente no país e portanto com poucos estudos

envolvendo diretamente o curso, além de contar com particularidades que o tornam um interessante objeto de estudo, como o mercado de trabalho suscetível as relações econômicas do Brasil com o mundo, da opção limitada de vagas de trabalho para profissionais altamente qualificados, além do fato do curso ainda não estar totalmente consolidado e possuir aspectos institucionais que influenciam a empregabilidade dos estudantes, tendo em vista que o foco do curso está relacionado a instituição e ao departamento que o curso está inserido, o que afetará a dinâmica dos estudantes com as suas inserções profissionais.

2 REVISÃO TEÓRICA

A fim de contextualizar e tratar de forma mais aprofundada os conceitos anteriormente abordados será desenvolvida uma revisão da literatura sobre o tema a ser estudado. Dessa forma, espera-se enriquecer a discussão do tema da pesquisa com base em artigos e estudos sobre o mesmo.

Primeiramente será discutido a caracterização do curso de Relações Internacionais quanto ao seu histórico e momento atual, assim como serão tratadas as mudanças ocorridas no ensino superior e no mercado de trabalho e como isso se relaciona com o tema a ser estudado, o qual por fim será abordado de forma mais aprofundada ao discutir sobre o conceito de inserção profissional e sua construção, assim como o papel dos estágios no ingresso no mercado de trabalho.

2.1 ENSINO SUPERIOR, MERCADO DE TRABALHO E O CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No Brasil, os trabalhos sobre inserção profissional ainda são poucos, com uma parte significativa de estudos empíricos e que não buscam o desenvolvimento do conceito. Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b) e Bitencourt, Piccinini, Rocha-de-Oliveira e Gallon (2012) se diferem ao serem alguns dos poucos que buscam avançar o mesmo, tentando adaptá-lo a realidade e particularidades brasileiras. Trabalhos sobre a inserção profissional dos estudantes de relações internacionais objetivam descobrir a situação profissional de egressos do curso e a adequação do curso dado as necessidades do mercado de trabalho, sem relacionar ao conceito de inserção profissional, como ocorre com os estudos de Ribeiro, Kato e Rainer (2013), Kindermann e Nogaredo (2014) e um acompanhamento que o Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas fez por alguns anos com os seus ex-alunos. Dessa forma, destaca-se a importância de voltar-se a literatura relacionada ao tema a fim de compreender com mais clareza as características envolvidas na inserção profissional dos estudantes desse curso, assim como buscar compreender o nosso contexto atual para estudar as nuances relacionadas nas dinâmicas do mercado de trabalho.

2.1.1 Mudanças no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho no Brasil

De acordo com Volkmer Martins e Rocha – de – Oliveira (2017) o ensino superior no Brasil passou a adquirir cunho universitário em 1930, sendo que até 1990 o desenvolvimento do sistema universitário era restrito e excludente com uma grande expansão das universidades privadas, influenciada pelo aumento de demanda de vagas e pela falta de capacidade das universidades públicas de suprir tal necessidade.

A partir de 1990 houve uma expansão bastante significativa do ensino superior, com criação de novas universidades, novos cursos e também ampliação de vagas nos cursos já existentes, o que, junto com políticas governamentais como reserva de vagas em universidades federais, FIES e PROUNI, possibilitou que a realização de uma graduação seja mais acessível se comparado com a realidade brasileira há alguns anos. Tal expansão foi influenciada por fatores como a ressignificação da teoria do capital humano por Theodore Schultz (1973), que entende a qualificação profissional como principal requisito para empregabilidade, aonde a maioria das habilitações econômicas dos indivíduos não é relativa ao nascimento, mas é obtida com a instrução ao longo da vida, o que transfere a responsabilidade da empregabilidade para o indivíduo, retirando a mesma do sistema econômico capitalista pela não absorção dos trabalhadores disponíveis (VOLKMER MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017). A necessidade por mão de obra qualificada devido as mudanças no mercado de trabalho, a universalização do ensino básico que criou uma demanda pelo ensino superior, além da existência de uma tendência mundial de investimentos em educação profissional (TAKAHASHI, 2010) entre outras razões.

Tais mudanças inserem-se em um contexto maior, decorrente da reestruturação produtiva e das modificações nas formas de organização do trabalho, como mudanças no processo produtivo, muitas relacionadas a adoção de inovações tecnológicas, novas formas de organização como a produção enxuta, e a crescente internacionalização dos mercados (VOLKMER MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2017). No Brasil, entre as transformações destacam-se a flexibilização dos contratos, a precarização do trabalho (empregos temporários, terceirizados, etc) e uma significativa desindustrialização dos empregos, que derivou no crescimento de setores como o de serviços, o informal e o por conta própria Volkmer Martins (2016, apud Scalon 2009), assim como passou a ser

exigido uma polivalência funcional (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2011), de modo a acompanhar as modificações constantes no mundo do trabalho. Em 2017 foi aprovada uma reforma trabalhista que, apesar de muito recente, impactará em uma maior fragilização do trabalhador, apesar de ainda não conseguirmos de forma mais concreta seus resultados devido a quão recente é tal mudança no contexto atual.

A partir de 2014 a política econômica nacional mudou de rumo, com um aumento significativo nas taxas de desemprego. Porém, segundo Volkmer Martins (2016, apud Rocha 2008), apesar de o desemprego atingir a todos, são os jovens que enfrentam maiores dificuldades de colocação, tendo em vista a sua vulnerabilidade às mudanças do mercado de trabalho, por causa de características como a falta de experiência e a busca por experimentação. Nesse contexto, a noção de empregabilidade, sendo considerada como a capacidade individual de disputar as limitadas possibilidades de inserção oferecidas pelo mercado de trabalho substitui a visão de garantia de emprego como direito social, onde as competências exigidas pelo mercado são vistas como obrigação do indivíduo, com a prevalência da meritocracia. Volkmer Martins (2016) questiona essa ideia, tendo em vista pesquisas que apontam um número significativo de brasileiros que não consegue uma colocação equivalente à sua formação (LEMOS, DUBEUX e PINTO, 2009), o que possibilita a discussão de outros fatores além da qualificação que devem ser levados em conta para análise da inserção profissional, principalmente quando considera-se o contexto social do nosso país, o qual possui características como o ingresso precoce na esfera laboral e a conciliação entre estudo e trabalho, que não permitem que se reflita sobre a relação qualificações educacionais e a entrada no mundo do trabalho, sem que outros elementos sociais sejam levados em conta.

Volkmer Martins (2016) ressalta a importância de refletir se a expansão do ensino no Brasil resulta em uma maior inserção profissional, onde deve ser analisado não somente o ingresso no mercado de trabalho, mas a qualidade das vagas que os jovens estão ocupando. Dessa forma, jovens que ocupam vagas abaixo de sua formação, o *déclassement* analisado na França, ou para vagas que não tenham ligação com a especialidade que estudaram, são vistos como uma disfunção da inserção profissional (Rocha-de-Oliveira 2012 apud Vernières 1997), pois a formação não estaria contribuindo para a empregabilidade dos jovens dentro do campo de atuação pretendido, ou pelo menos, não estaria os levando a ocuparem uma vaga qualificada de trabalho.

Portanto, observa-se um cenário interessante para estudar como ocorre a inserção profissional no Brasil, onde a graduação em Relações Internacionais encontra-se em uma

situação particular de análise devido à grande expansão e procura pela mesma, ao mesmo tempo que mudanças na situação externa do país, além da situação da economia afetam diretamente o curso, fazendo que os estudantes dessa área sejam impactados na sua busca por inserção qualificada no mercado de trabalho.

2.1.2 O Curso de Relações Internacionais

Segundo Julião (2012), as Relações Internacionais (RI) adquiriram status acadêmico somente no século XX. O registro da primeira experiência institucional data de 1919, com a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Aberyswyth, País de Gales. O primeiro curso de RI no Brasil foi criado na UnB em 1974, o que representou a referência institucional das iniciativas no Brasil, pois apesar do conhecimento já estar sendo produzido, não havia nada que a desvinculasse das outras áreas. O professor Lauro Alvares da Silva Campos, um dos membros da comissão feita pela UnB para a criação do curso, assina em 1973 um documento com algumas características que o curso deveria ter, no qual é dito que a formação em RI é específica, tendo como base disciplinas de Direito, Economia e Administração, apesar de não dever ser confundida com essas, assim como foi destacada a importância do exame de língua estrangeira no início do curso. O curso foi criado com a intenção de estar diretamente relacionada ao projeto de desenvolvimento do país ao afirmar que “a principal preocupação do curso deverá ser a de equipar o profissional com um instrumental específico, adequado à satisfação das necessidades emergentes do atual estágio de implementação do modelo de crescimento do país.”. Além disso, é ressaltado que a demanda por profissionais da área estaria relacionada ao aumento das relações econômicas do Brasil com o mundo em termos de intensidade, qualidade e quantidade.

Foi a partir de 1995 que a formação de RI passou por mudanças significativas. O aprofundamento do Brasil nas relações internacionais no governo de Fernando Henrique Cardoso e a ampliação de vagas no ensino superior, com destaque para as universidades privadas, resultaram em uma expansão do curso que até então com poucas opções de acesso, além de ter a barreira do conhecimento de uma língua estrangeira, começou a ser uma opção bastante procurada, se igualando e até superando algumas áreas e profissões tradicionais – características que até hoje se mantêm, apesar das transformações sofridas nas relações econômicas do país desde aquela época.

Miyamoto (2003) aponta que a graduação de RI é recente e, por esse motivo, ainda possui pontos a serem trabalhados. Fatores que ainda precisam ser consolidados, como o caráter multidisciplinar dos currículos que não formam profissionais com um perfil definido – inclusive reforçado pelo foco do curso que pode variar de acordo a instituição e o departamento que o curso está inserido dentro desta – além de sofrer com problemas de ordem estrutural, como falta de bibliotecas especializadas. Porém, o autor reforça que mesmo com este cenário o curso se encontra em expansão, o que continua a ser uma realidade até hoje ao se analisar que em 2010 existiam 102 cursos de RI, 82 de instituições privadas e 20 de instituições públicas (INEP 2010) e que em 2016 o número de cursos passou para 126, sendo destes 98 de instituições privadas e 28 de instituições públicas (INEP 2016). No quadro abaixo nota-se que o curso se manteve em expansão nos últimos 5 anos, havendo uma leve diminuição no número de matrículas no ano de 2016 e após, em 2017, uma diminuição no número de concluintes também.

Quadro 1 – Número de matrículas e concluintes de 2013 a 2017

	Matrículas	Concluintes
2017	24.807	3.596
2016	24.221	3.804
2015	24.234	3.529
2014	23.008	3.090
2013	22.393	2.958

Fonte: Elaborado pela autora

2.2 INSERÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, os trabalhos sobre inserção profissional ainda são poucos, com uma parte significativa de estudos empíricos e que não buscam o desenvolvimento do conceito. Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b) e Bitencourt, Piccinini, Rocha-de-Oliveira e Gallon (2012) se diferem ao serem alguns dos poucos que buscam avançar o mesmo, tentando adaptá-lo a realidade e particularidades brasileiras. Trabalhos sobre a inserção profissional dos estudantes de relações internacionais objetivam descobrir a situação profissional de egressos do curso e a adequação do curso dado as necessidades do mercado de trabalho, sem relacionar ao conceito

de inserção profissional, como ocorre com os estudos de Ribeiro, Kato e Rainer (2013), Kindermann e Nogaredo (2014) e um acompanhamento que o Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas fez por alguns anos com os seus ex-alunos. Dessa forma, destaca-se a importância de voltar-se a literatura relacionada ao tema a fim de compreender com mais clareza as características envolvidas na inserção profissional dos estudantes desse curso, assim como buscar compreender o nosso contexto atual para estudar as nuances relacionadas nas dinâmicas do mercado de trabalho.

De acordo com Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b) a inserção profissional surge com múltiplas interpretações para o momento da vida dos jovens, como entrada na vida ativa, transição profissional, transição escola-trabalho, etc. A partir de 1970 na França, a expressão “inserção profissional” começa a ser utilizada para substituir a expressão “entrada na vida ativa” primeiramente em textos legislativos e após em estudos sobre as dificuldades encontradas por jovens ao terminarem a sua formação e procurarem ingressar no mercado de trabalho. Tais dificuldades transformam a inserção profissional em um processo longo e complexo ao invés de algo instantâneo em determinado momento da vida do indivíduo, onde:

A passagem da universidade para o mercado de trabalho é parte integrante de um processo maior: a entrada na vida adulta. [...] Essa perspectiva congrega a ideia de que existem múltiplas juventudes vinculadas às dimensões temporais e culturais, e, conseqüentemente, diversos caminhos de inserção profissional (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012b, p. 46)

Os primeiros textos a refletir sobre o conceito são de Vincens (1986,1997) e Vèrnières (1997) o qual conceitua a inserção profissional como o processo em que indivíduos que não participaram da população ativa obtém uma posição estável de trabalho relacionada ao seu curso de formação. Vèrnières coloca a inserção profissional como:

[...] um processo que tem como ponto final o encontro do posto formal no sistema de emprego. Essa noção de inserção profissional requer que sejam eliminados da análise os desempregados que, em um período anterior, já tenham passado pelo processo de inserção, bem como as mulheres que buscam ingresso no mercado mais tardiamente e jovens que realizam trabalhos sazonais durante os meses de férias, a fim de obter recursos para atividades de lazer no período de estudos do ano seguinte e que não estão ligados à sua formação profissional. (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012b, p. 48)

Ambos possuem uma abordagem econômica com pensamentos semelhantes ao focarem nos aspectos econômicos envolvidos na inserção no mercado de trabalho, com uma visão macroeconômica e longitudinal que permite acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. Porém, tal viés concentra-se em excesso na maximização da capacidade produtiva

do indivíduo, baseando-se na suposta capacidade racional do mesmo de sempre tomar as melhores decisões relacionadas a sua trajetória, limitando esse momento da vida dos jovens aos mecanismos de compreensão de um mercado de concorrência perfeita (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012b, p. 48).

Contudo, a inserção profissional não deve ser vista como imediata a passagem universidade/mercado de trabalho, devido à complexidade do processo, o qual começa a ser discutido por abordagens sociológicas a partir dos anos 1990, com os trabalhos de Dubar (1994) e Galland (1990, 2000a) que trazem para a discussão fatores como: transformação no mercado de trabalho, sua precarização e como isso afeta os jovens; destaque do caráter processual da inserção onde não existe uma única trajetória de sucesso ou não sucesso, sendo estas influenciadas por diversos fatores e que podem culminar em diferentes desfechos; tentativa de relacionar as estruturas sociais e os atores envolvidos na inserção, etc.

Dessa forma, ressaltando o que Cordeiro (2002) afirma, as questões relacionadas com a inserção profissional deverão ser analisadas na articulação entre a situação profissional que caracteriza os indivíduos num determinado momento, as condições que estão na origem dessa situação profissional e o modo como ela pode configurar a trajetória profissional posterior. A inserção profissional não pode ser analisada por uma lógica puramente econômica pois para analisa-la corretamente não se pode ignorar que os jovens são influenciados por sua vivência e origem, assim como são afetados pelo contexto em que vivem, onde múltiplas características comuns a certos grupos de pessoas também se tornam fatores que impactam no seu ingresso ao mercado de trabalho devido ao contexto sócio econômico e histórico, assim como aspectos geracionais e de estrutura demográfica e ocupacional a qual estão inseridas – contudo, destaca-se que esse conjunto de fatores resultam em processos de inserções únicos para cada indivíduo, mesmo com características que influenciam de forma em comum vários grupos de pessoas. Portanto, o “espaço de transição entre escola/universidade e trabalho/emprego é estruturado por complexos jogos de atores sociais que se estendem em contextos históricos e institucionais determinados, mas que possuem funcionamento próprio” (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012b, p. 6). Na figura abaixo é possível visualizar de forma simplificada os aspectos e fatores que influenciam na inserção profissional:

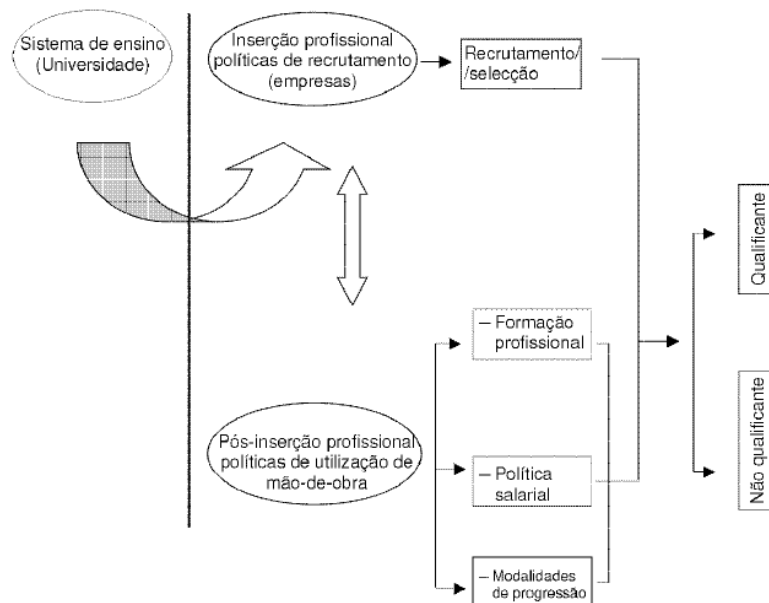
Figura 1 – Aspectos e contexto da inserção profissional



Fonte: Rocha-De-Oliveira (2012)

Com base nesse viés são criados por Cordeiro (2002) dois modelos de inserção profissional de tipo ideal: a inserção qualificante e a não qualificante. Baseados em processos de pós gestão, sobressai-se se a empresa possui uma política de valorização de recursos humanos, conforme pode-se ver na figura abaixo, envolvendo questões como política salarial e qualificação profissional.

Figura 2 – Inserção profissional qualificante e não qualificante



Fonte: Cordeiro (2002)

Utilizando-se da definição teórica de Volkmer Martins (2016) dos fatores de classificação do tipo de inserção profissional, para se considerar uma inserção profissional

como qualificante é primordial observar variáveis como contrato de trabalho – e se autônomo, se contribui para a previdência social – grau de autonomia profissional, se as organizações possuem políticas de qualificação profissional e sistema de progressão de carreira. A autora também classifica os fatores relacionados a ocorrência de Déclassement (Rebaixamento de diplomas), o qual o autor francês, Peugny (2014) diz que ocorre quando os empregos ocupados não correspondem as qualificações dos indivíduos, sendo um fenômeno que pode acontecer entre gerações (quando os filhos possuem situação menos favorável que a dos pais), dos egressos do ensino superior (quando os empregos ocupados não correspondem as qualificações) e durante o ciclo de vida (quando um acontecimento inesperado acarreta em certa decadência das condições de vida). Porém, ressalta-se como os jovens encontram-se especialmente suscetíveis a tal ocorrência, dado a falta de experiência e busca por novas experiências.

Quadro 2 – Relação inserção profissional qualificante e não qualificante com déclassement

Qualificante	Não Qualificante
1) Contratos de trabalho duráveis, a tempo inteiro, tempo parcial por escolha, autônomo que contribui para previdência social.	1) Contratos de trabalho de curta duração, a tempo parcial involuntário, por tarefa, sobre chamada ocasional, autônomo que não contribui para previdência.
2) Maior grau de autonomia profissional.	2) Menor grau de autonomia profissional.
3) Políticas de qualificação profissional intraempresa/instituição.	3) Ausência de políticas de qualificação profissional intraempresa/instituição, responsabilização do funcionário pela sua qualificação.
4) Sistema claro de progressão de carreira.	4) Ausência de sistema de progressão de carreira, ou sistema pouco claro.
Déclassement	
Não ocorre	Ocorre
5) Ocupar uma vaga de emprego compatível com o nível de qualificação.	5) Ocupar uma vaga de emprego abaixo do nível de qualificação.
6) Salário adequado ao nível de qualificação.	6) Salário abaixo do adequado ao nível de qualificação.
7) Desempenho de tarefas compatíveis com o nível de qualificação.	7) Desempenho de tarefas abaixo do nível de qualificação.

Fonte: Volkmer Martins (2016)

Dessa forma, observa-se que a inserção profissional é um processo longo e complexo, influenciado por inúmeras variáveis, onde o contexto histórico, econômico e social, assim como questões individuais são primordiais na busca de compreender tal fenômeno. A expansão do ensino superior nos últimos anos é positiva, porém essas mudanças no cenário brasileiro refletem hoje em uma realidade onde o diploma universitário não resulta consequentemente na conquista de um “bom” emprego, as vezes não existindo a garantia nem de obtenção de uma vaga no mercado de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Lakatos e Marconi (2010) método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que de uma maneira segura, prática e econômica permitem o alcance do objetivo proposto, permitindo traçar um caminho a ser seguido e auxiliando nas decisões do pesquisador. Dessa forma, nessa seção será apresentado como a pesquisa será realizada, descrevendo como os dados necessários para atingir os objetivos propostos serão coletados e analisados.

3.1 ETAPA QUALITATIVA

O estudo da inserção profissional dos estudantes de relações internacionais se dividiu em duas etapas: primeiramente foram desenvolvidas entrevistas de caráter exploratório com dois coordenadores do curso em diferentes instituições privadas de Porto Alegre e com seis estudantes que se encontram em diferentes etapas do curso, porém todos pertencentes a mesma instituição de nível superior de Porto Alegre. Nas entrevistas com os coordenadores foram indagadas questões de perfil e trajetória profissional dos mesmos, seguido de perguntas que objetivavam conhecer a percepção do professor sobre a área de Relações Internacionais, os alunos e como a Instituição de Ensino está envolvida com a inserção profissional dos graduandos. Em relação as entrevistas realizadas com os alunos foram abordadas questões de perfil do respondente e outras de sentido mais pessoal, buscando compreender o processo de inserção para os mesmos, com questões envolvendo desde motivações para cursar RI, como o desenvolvimento do curso e expectativas futuras. Os roteiros das entrevistas encontram-se no Apêndice A desta pesquisa.

3.2 ETAPA QUANTITATIVA

Conforme Prodanov e Freitas (2009, tudo é quantificável e, portanto, traduzido em números, de modo a possibilitar a análise de opiniões e informações para permitir classifica-

las e então analisa-las. Com o intuito de obter uma amostra representativa dos estudantes de relações internacionais e buscar compreender o impacto de diferentes aspectos envolvidos no ingresso no mercado de trabalho foram aplicados questionários, os quais foram divulgados totalmente por meio online objetivando primeiramente alcance local (Porto Alegre e Região Metropolitana), mas posteriormente expandindo-se para nível nacional. Atualmente segundo o cadastro das Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados do MEC, atualmente existem 171 locais que ofertam o curso – considerando que nesse número é contabilizado separadamente quando instituições de ensino disponibilizam o curso em diferentes campi ou modalidades. Além disso, os cursos podem estar ativos no MEC, porém ainda não terem sido inaugurados. Portanto, na prática o número de instituições com o curso em andamento é menor. A divulgação ocorreu através da plataforma Google Formulários, tanto em grupos de redes sociais relacionados a relações internacionais, quanto por e-mail para as instituições de ensino para posterior compartilhamento com os alunos. A parte descritiva quantitativa da coleta de dados foi realizada de setembro a novembro de 2018 e apenas com atuais graduandos, pois segundo Volkmer e Martins; Rocha-de-Oliveira (2017) em países com grande desigualdade social a inserção profissional começa durante os estudos e não após. Além disso, tendo em vista o acesso mais facilitado a atuais estudantes em relação a egressos do curso foi um fator levado em consideração no objetivo de alcançar uma amostra significativa através da pesquisa com questionários.

O questionário utilizado foi adaptado de ROCHA-DE-OLIVEIRA (2012) para o curso de Relações Internacionais e seu contexto com base nas entrevistas realizadas com professores e estudantes do curso, visto que o modelo original é utilizado desde 2013 com formandos da Escola de Administração da UFRGS, tendo sofrido algumas modificações ao longo deste período, mas sempre voltado para o mercado e realidade destes alunos. Baseado no método *Survey*, o mesmo se encontra dividido em seis blocos: o ingresso no curso, o processo de inserção profissional, intercâmbio, expectativas profissionais, sobre o trabalho atual e informações socioeconômicas, sendo todas as questões de preenchimento obrigatório. Portanto, objetiva-se através de tal construção obter compreender o processo de inserção profissional relacionado ao curso de graduação e os fatores que influenciam esse processo, como as diversas origens socioeconômicas dos estudantes, suas expectativas e até mesmo as diferentes instituições e atividades desenvolvidas pelo estudante ao longo da sua formação.

Na elaboração do instrumento de pesquisa são utilizados os autores mencionados na fundamentação teórica, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 3 – Construtos, elementos teóricos, autores e questões do instrumento de pesquisa

Construtos	Elementos	Autores
Inserção profissional	Elementos Individuais	Rocha-de-Oliveira (2009); Rocha-de-Oliveira; Piccinini, (2012a); Rocha-de-Oliveira; Piccinini, (2012b)
	Elementos Coletivos	
	Elementos Sócio-históricos	
	Inserção qualificante e não-qualificante	Cordeiro (2002)
	<i>Déclassement</i>	Peugny (2014)
Mobilidade Social	Capital Econômico	Bourdieu (2015)
	Capital Econômico e cultural dos pais	
	<i>Status</i> ocupacional	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Volkmer Martins (2016).

Estabelecidos os elementos e autores que embasarão as questões do instrumento de pesquisa, apresenta-se a seguir as questões elaboradas, expostas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 4 – Questões acerca da Inserção Profissional.

Variável	Indicador / Escala
Idade	Questão aberta
Sexo	(1) Masculino (2) Feminino
Raça	(1) Negro (2) Branco (3) Pardo (4) Indígena (5) Amarelo (6) Outro
Estado Civil	(1) Solteiro (a) (2) União Estável (3) Casado (a) (4) Separado (a) (5) Divorciado (a) (6) Viúvo (a)
Em qual instituição de ensino você estuda?	Questão aberta
Em qual cidade você mora?	Questão aberta
Qual semestre você está cursando?	(1) 1º (2) 2º (3) 3º (4) 4º (5) 5º (6) 6º (7) 7º (8) 8º (9) 9º (10) 10º
Já é FORMADO em outro CURSO SUPERIOR além de RI?	(1) Sim (2) Não
Já iniciou outro CURSO SUPERIOR que NÃO concluiu?	Sim (2) Não
Quais foram as suas principais motivações para a escolha do curso no ensino superior?	Influência familiar Oportunidades de emprego na área Influência de amigos

(marque NO MÁXIMO 3 ALTERNATIVAS)	<p>Ser diplomata Influência da mídia Experiência na área Influência de professores ou da Escola Identificação com os temas estudados na graduação Motivação financeira Para fazer concurso público Formação abrangente Falta de outras opções que me interessassem Interesse pela área de atuação profissional Outra. Qual?</p>
Indique se realizou algumas das atividades abaixo durante o curso	<p>Monitor de Disciplina Bolsista de Iniciação Científica/Participação voluntária em pesquisa Bolsista de Apoio Técnico / Bolsa-Trabalho Estágio Obrigatório Estágio não obrigatório Projeto de extensão Empresa Júnior Outro</p>
Expectativas profissionais	<p>De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente Atuar como servidor público Ter uma experiência de estudo no exterior Mudar de emprego Trabalhar em empresas reconhecidas no mercado Ter uma experiência de trabalho no exterior Aprofundar conhecimento na área de atuação por meio de cursos de pós-graduação na área de RI Fazer novo curso de graduação Ingressar na carreira acadêmica Ser diplomata Mudar de cidade</p>
Você realizou intercâmbio/mobilidade acadêmica?	(1) Sim (2) Não
Qual foi seu tipo de intercâmbio?	<p>(1) Intercâmbio (sem vínculo com instituição de ensino) (2) Mobilidade acadêmica internacional (via instituição de ensino) (3) Mobilidade acadêmica nacional (via instituição de ensino)</p>
Você obteve bolsa para realizar o intercâmbio?	(1) Sim (2) Não
Acerca da situação que melhor descreve o seu caso durante a maior parte do curso superior	<p>(1) Sem trabalho (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e meus gastos financiados pela família; (2) Trabalhando (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e gastos integralmente financiados pela família; (3) Trabalhando (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e gastos parcialmente financiados pela família; (4) Trabalhando (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e me sustentando; (5) Trabalhando (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e contribuindo para o sustento da família; (6) Trabalhando e sendo o principal responsável pelo sustento da família; (7) Sem trabalho (incluindo estágio e bolsa de iniciação científica) e vivendo de rendimentos (poupança, por exemplo).</p>

Qual o grau de escolaridade do seu pai? / Qual o grau de escolaridade da sua mãe?	(1) Nenhum (2) Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) (3) Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) (4) Ensino Médio Incompleto/interrompido (5) Ensino Médio completo (6) Ensino Superior incompleto/interrompido (7) Ensino Superior – cursando (8) Ensino Superior – completo (9) Pós-Graduação – especialização (10) Pós-Graduação – mestrado (11) Pós-Graduação – doutorado (12) Não se aplica
A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
No ensino superior construí uma rede de relacionamentos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
O curso permitiu melhorar a minha situação econômica	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Está trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica)?	(1) Sim (2) Não
INSERÇÃO PROFISSIONAL E ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	
As políticas de bolsas e financiamento do Governo Federal, como cotas, bolsas e programas de financiamento foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Percebo que o status da instituição que realizei o ensino superior foi importante para a minha inserção no mercado de trabalho	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Durante o curso superior percebi ações da instituição de ensino para auxiliar minha inserção profissional	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição na qual cursei o	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente

curso superior foi insuficiente	
O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
INSERÇÃO PROFISSIONAL E ELEMENTOS DE INSERÇÃO QUALIFICANTE E NÃO-QUALIFICANTE	
A sua organização possui algum plano de qualificação profissional?	(1) Não (2) Sim, possui cursos organizados pela própria instituição (3) Sim, contrata empresas para dar cursos na própria instituição (4) Sim, a organização paga uma percentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que estejam ligados ao trabalho (5) Sim, a organização paga uma percentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição, mesmo que não estejam ligados diretamente ao trabalho (6) Outro
O seu contrato de trabalho é por tempo:	(1) Determinado (que tem datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador) (2) Indeterminado (há data de início, mas não consta a de término) (3) Outro
Qual seu vínculo com a organização?	(1) Estágio não remunerado (2) Estágio remunerado (3) Funcionário Público Concursado (4) Cargo em Comissão (5) Funcionário de empresa privada com carteira assinada (6) Funcionário de empresa privada sem carteira assinada (7) Voluntário (8) Terceirizado (9) Trabalha em empresa/negócio familiar (10) Trabalha por conta própria (11) Sou dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa (12) Outro
Possuo autonomia para realizar minhas tarefas	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Estou satisfeito com o cargo que ocupo	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha formação	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha experiência profissional	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para meu curso são para tarefas inferiores a sua qualificação	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente

Minha remuneração é compatível com as atividades que executo	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Minha remuneração é compatível com a minha formação	De (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente
Seu trabalho é relacionado a área de RI?	(1) Sim (2) Não
Há quanto tempo está no seu trabalho atual?	(1) Há menos de 1 ano (2) Entre 1 e 2 anos (3) Entre 2 e 3 anos (4) Acima de 3 anos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Volkmer Martins (2016).

Apresenta-se abaixo as questões elaboradas acerca do construto Mobilidade Social, como exposto no Quadro 4.

Quadro 5 – Questões acerca da Mobilidade Social

Variável	Indicador / Escala
O número total de pessoas que moram em seu domicílio, incluindo você:	(1) Nenhuma (2) 1 (3) 2 (4) 3 ou mais
Qual sua renda bruta mensal (total de rendimentos individuais)?	Pergunta aberta
Qual a renda bruta mensal da sua família (total de rendimentos, incluindo os seus)?	Pergunta aberta
Você cursou a maior parte do ensino médio em escola	(1) Pública (2) Privada
Você possui conhecimento de língua inglesa? (Perguntado separadamente sobre conhecimentos em leitura, escrita e fala)	(1) Muito bem (2) Bem (3) Pouco (4) Muito pouco
Você possui conhecimento de língua espanhola? (Perguntado separadamente sobre conhecimentos em leitura, escrita e fala)	1) Muito bem (2) Bem (3) Pouco (4) Muito pouco
Qual o grau de escolaridade do seu Pai?/Qual o grau de escolaridade da sua mãe? ⁴¹	(1) Nenhum (2) Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) (3) Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) (4) Ensino Médio Incompleto/interrompido (5) Ensino Médio completo (6) Ensino Superior incompleto/interrompido (7) Ensino Superior – cursando (8) Ensino Superior – completo (9) Pós-Graduação – especialização (10) Pós-Graduação – mestrado (11) Pós-Graduação – doutorado (12) Não se aplica
Qual curso de graduação seu pai fez?/Qual curso de graduação sua mãe fez?	Pergunta aberta

<p>Qual era o trabalho do(a) seu(sua) pai(mãe) quando você tinha cerca de 14 anos?</p>	<p>(1) Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros.</p> <p>(2) Profissões liberais (médico, advogado, dentista).</p> <p>(3) Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de software.</p> <p>(4) Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.</p> <p>(5) Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.</p> <p>(6) Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.</p> <p>(7) Pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais.</p> <p>(8) Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.</p> <p>(9) Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitoiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.</p> <p>(10) Pintores, pedreiros, azulegista, gesseiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação.</p> <p>(11) Assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais.</p> <p>(12) Não se aplica</p> <p>(13) Não trabalhava</p> <p>(14) Outro</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Volkmer Martins (2016).

Após a coleta de respostas utilizou-se do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para análise dos dados e cruzamentos das variáveis, com posterior auxílio do Excel para criação de gráficos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do trabalho será apresentado os resultados da pesquisa quantitativa, onde foram obtidas 448 respostas, porém cinco dessas foram eliminadas: duas por inconsistência nas respostas, uma por ser de um estudante internacional e duas por terem sido respondidas por egressos do curso, ficando desse modo 443 respostas válidas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Na tabela abaixo observa-se os estados e regiões dos respondentes, sendo a maioria das Regiões Sudeste e Sul, o que é explicado pela maior concentração de cursos e habitantes desses locais, além disso, o contato prévio realizado com os cursos durante a etapa qualitativa facilitou um maior número de respostas da região da autora.

Tabela 1 – Estados e Regiões dos respondentes

	Frequência	Porcentagem (%)
Centro-Oeste	35	7,9
DF	11	2,5
GO	24	5,4
Nordeste	33	7,4
BA	2	0,5
PB	10	2,3
PE	1	0,2
SE	20	5
Norte	3	1
AM	1	0,2
AP	1	0,2
PA	1	0,2
Sudeste	232	52,4
ES	6	1,4
MG	17	3,8
SP	164	37,0
RJ	45	10,2
Sul	140	31,6
PR	18	4,1
RS	84	19,0
SC	38	8,6
Total	443	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com o Censo da Educação Superior (Censup) de 2018, em 2017 haviam 136 Instituições de Ensino (IES) que ofertavam o curso de relações internacionais, sendo destas 28 públicas e 109 privadas. Nota-se que nas Regiões Sudeste e Sul 87 Instituições disponibilizam o curso de Relações Internacionais.

Tabela 2 – Número de Instituições que oferecem o curso por região

	Total	Pública	Privada
	136	28	109
Norte	14	4	10
Nordeste	21	4	17
Sudeste	61	10	51
Sul	26	7	19
Centro_Oeste	14	3	11

Fonte: Adaptado pela autora com base no Censup 2018

Referente a Instituição de Ensino dos alunos obteve-se uma porcentagem praticamente igual de respostas, sendo 49,2% estudantes de Instituições privadas e 50,8% de públicas. O Censup de 2018 mostra que em 2017 das 110 IES que disponibilizam o curso de relações internacionais, 28 eram públicas e 82 privadas. Além disso, nesse mesmo ano os cursos de RI nas Instituições privadas tiveram 17.201 matrículas e 2.483 concluintes, enquanto nas públicas houve 7.606 e 1.113, respectivamente.

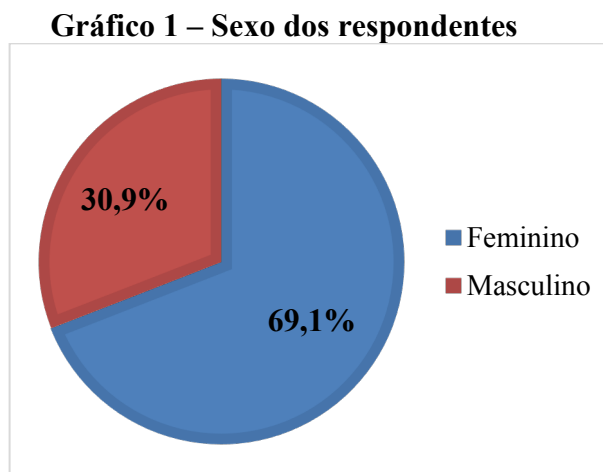
Tabela 3 – Tipo de instituição de ensino

	Frequência	Porcentagem (%)
Privada	218	49,2
Pública	225	50,8
Total	443	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao sexo dos alunos, 69,1% dos graduandos são mulheres (306 estudantes) e 30,9% são homens (137 estudantes). De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2017, a população brasileira é composta por 48,4% de homens e 51,6% de mulheres (IBGE, 2018d). Além disso, segundo o Censo da Educação Superior em 2017, 4.719.482 mulheres se matricularam em cursos de graduação presencial e a distância, enquanto 3.567.181 homens de matricularam. Dessa forma, percebe-se que atualmente o percentual de mulheres começando o ensino superior é bem maior do que o de homens, principalmente ao se considerar a pouca diferença entre os sexos em termos

populacionais. A pesquisa aplicada com os graduandos de RI reflete esse cenário nacional, contudo possui um contraste maior na proporção de respondentes de cada sexo.



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos respondentes são jovens, com idade média de 22,17 anos e desvio padrão de 3,58. A fim de verificar se haviam números muito extremos que poderiam estar influenciando a média de idade também foram analisados a mediana (22 anos) e a idade mínima e máxima entre os graduandos as quais são 17 e 47 anos, respectivamente. De acordo com o Censup em 2017 o maior número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância (758.462) foi realizado por pessoas de 21 anos, seguido por quem possuía 22 anos (727.899 matrículas). Portanto, percebe-se que a média de idade dos respondentes está condizente com a da população em geral – ao considerar que a maioria dos estudantes da amostra estão nos semestres intermediários e finais conclui-se que a idade em que foi realizada a matrícula no curso era até um pouco menor que a da tendência mostrada pelo Censo do Ensino Superior.

Tabela 4 – Idade: média, desvio padrão, mínimo e máximo

Média	Mediana	N	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
22,17	22	443	3,58	17	47

Fonte: Elaborado pela autora

O curso de RI em geral possui de 8 a 10 semestres. Para fins de classificação o tempo de graduação foi dividido em 3 categorias: Semestres iniciais (1º a 3º semestres), semestres intermediários (4º a 6º semestres) e semestres finais (7º a 10º semestres). Grande parte dos

estudantes encontram-se no final da graduação, com um percentual de 47,9% das respostas. Apenas 22,1% dos alunos estão no início do curso.

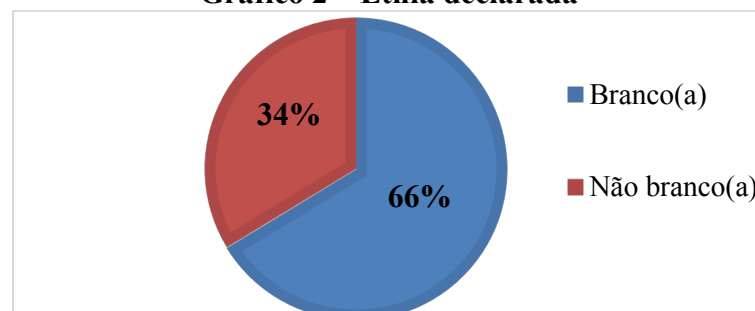
Tabela 5 – Semestre dos respondentes

		Frequência	Porcentagem(%)
Semestres iniciais	1º	13	2,9
	2º	62	14,0
	3º	23	5,2
	Total	98	22,1
Semestres intermediários	4º	52	11,7
	5º	27	6,1
	6º	54	12,2
	Total	133	30,0
Semestres finais	7º	29	6,5
	8º	116	26,2
	9º	20	4,5
	10º	47	10,6
Total		212	47,9
Total		443	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

A questão sobre a etnia dos alunos era uma pergunta aberta, onde os mesmos poderiam escrever como se autodeclararam. Três respostas foram desconsideradas, pois os estudantes preferiram não responder à pergunta, dessa forma 440 respostas foram consideradas válidas. Entre não brancos foram obtidas respostas como amarelo, negro, pardo e indígena, somando ao todo 34% dos respondentes, motivo pelo qual foi adotada a nomenclatura não branco – a fim de deixar os percentuais mais significativos devido quantidade pequena de estudantes de algumas etnias. Nota-se que a maioria das matrículas realizadas em 2017 foram realizadas por pessoas autodeclaradas brancas, contudo a terceira maior porcentagem é a de não declarados (Censup 2018), o que foge dos dados obtidos nessa pesquisa, talvez por motivo da questão ter sido colocada como obrigatória.

Gráfico 2 – Etnia declarada



Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 6 – Matrículas no ensino superior em 2017 por cor/raça

Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
8.286.663	3.292.585	532.607	2.157.189	133.920	56.750	65.432	2.048.180

Fonte: Censo do Ensino Superior (Censup) 2018

Ao questionar se os estudantes iniciaram ou concluíram outro curso de graduação nota-se que para maioria o curso de RI é a primeira experiência no ensino superior, o que reflete na média de idade dos alunos. Porém, uma porcentagem significativa dos respondentes já iniciou outra graduação anteriormente (24,4%).

Tabela 7 – Iniciou ou concluiu outro curso de graduação

	Iniciou outro curso		Formado em outro curso	
	Frequência	Porcentagem (%)	Frequência	Porcentagem (%)
Não	335	75,6	417	94,1
Sim	108	24,4	26	5,9
Total	443	100,0	443	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos graduandos não necessitou utilizar de nenhum tipo de incentivo governamental para ingressar no ensino superior (66,4%). Dos que utilizaram algum tipo de programa, o mais frequentemente usado foi a reserva de vagas, também conhecida como cotas, para cursar alguma IES (16,3%), seguido pelo PROUNI, com 9% dos respondentes.

Tabela 8 – Incentivo governamental ao ingressar no ensino superior

	Frequência	Porcentagem (%)
FIES	22	5,0
Não	294	66,4
Outro.	15	3,4
PROUNI	40	9,0
Reserva de Vaga	72	16,3
Total	443	100,0

Fonte: Elaborado pela autora

Conhecimento da língua inglesa está passando de ser diferencial para um requisito exigido pelo mercado de trabalho. No caso de outros idiomas, principalmente ao se considerar uma área global como relações internacionais, também começam a serem vistos como exigências na busca de uma boa qualificação e posição no mercado de trabalho. Questionou-

se os estudantes sobre seus conhecimentos em leitura, escrita e fala nas duas principais línguas ao se pensar no mercado brasileiro: inglês e espanhol. Avaliado através de escala Likert, onde 1 considera o nível do conhecimento como muito bom e 5 como pouco, percebe-se que os estudantes em média declaram possuir um bom inglês, apesar do espanhol já decair bastante, principalmente na fala e escrita.

Tabela 9 – Conhecimento das línguas inglesa e espanhola

	Média	N	Desvio Padrão
Inglês_leitura	1,52	443	0,901
Inglês_escrita	1,78	443	0,950
Inglês_fala	1,81	443	0,983
Espanhol_leitura	2,18	443	1,055
Espanhol_escrita	2,91	443	1,015
Espanhol_fala	2,82	443	1,015

Fonte: Elaborado pela autora

4.2 ORIGEM FAMILIAR

Ao analisar os dados percebe-se que os estudantes de Relações Internacionais vêm de uma boa situação sócio econômica, onde uma grande porcentagem dos pais possui ensino superior e até pós-graduação, porém ainda estão inseridos nas chamadas classes populares de acordo com a classificação proposta por Volkmer Martins (2016, p. 63 e 64).

A ocupação do pai e da mãe dos estudantes é classificada através de uma tabela elaborada por Volkmer Martins (2016), a qual é baseada na escala CASMIN e na divisão de classes proposta por Bourdieu. Referente a ocupação do pai, 45 respostas foram desconsideradas, sendo que estas abrangem desde pai desconhecido/falecido, pais que na época não trabalhavam e respostas em branco. Observa-se que alunos de IES públicas possuem uma maior porcentagem de pais em classes tidas como superiores e médias (51,2%) do que os graduandos de Instituições privadas (42,4%). Porém, destaca-se que os resultados encontrados ainda são muito superiores se comparados ao cenário nacional.

Tabela 10 – Ocupação do pai quando o estudante tinha 14 anos

			Privada	Pública	Total
Classes superiores	Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros	N	10	11	21
		%	5,2%	5,3%	5,1%

	Profissões liberais (médico, advogado, dentista).	N	15	28	43
		%	7,9%	13,5%	10,4%
Classes médias	Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de <i>software</i> .	N	26	37	63
		%	13,6%	17,9%	15,3%
	Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.	N	30	30	60
		%	15,7%	14,5%	14,5%
	Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.	N	25	32	57
		%	13,1%	15,5%	13,8%
	Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.	N	7	12	19
		%	3,7%	5,8%	4,6%
	Pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais.	N	18	9	27
		%	9,4%	4,3%	6,5%
Classes populares	Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.	N	19	11	30
		%	9,9%	5,3%	7,3%
	Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.).	N	12	18	30
		%	6,3%	8,7%	7,3%
	Pintores, pedreiros, azulegista, gesseiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação	N	29	13	42
		%	15,2%	6,3%	10,2%
	Assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais.	N	0	6	6
		%	0,0%	2,9%	1,5%
	Total	N	191	207	398
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto a ocupação da mãe, observa-se resultados bastante semelhantes aos da ocupação do pai, com 40,5% das mães de estudantes de Instituições privadas pertencentes a

classes superiores e médias e 55,4% das mães de alunos de IES públicas. Observa-se que há uma diferença significativa no número de respostas, sendo 398 em relação a ocupação do pai e apenas 352 sobre a ocupação da mãe. Tal diferença é predominante explicada pelo número de mães que não trabalhavam na época em comparação com a quantidade de pais.

Tabela 11 – Ocupação da mãe quando o estudante tinha 14 anos

			Privada	Pública	Total
Classes superiores	Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros	N	7	3	10
		%	4,0%	1,7%	2,7%
	Profissões liberais (médico, advogado, dentista).	N	13	21	34
		%	7,4%	11,9%	9,3%
Classes médias	Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de <i>software</i> .	N	16	29	45
		%	9,1%	16,4%	12,3%
	Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.	N	35	45	80
		%	20,0%	25,4%	21,8%
Classes populares	Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.	N	31	26	57
		%	17,7%	14,7%	15,5%
	Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.	N	17	10	27
		%	9,7%	5,6%	7,4%
Classes populares	Pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais.	N	6	9	15
		%	3,4%	5,1%	4,1%
	Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.	N	26	19	45
		%	14,9%	10,7%	12,3%
Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.).	N	5	1	6	
	%	2,9%	0,6%	1,6%	
	Pintores, pedreiros, azulegista, gesseiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação	N	19	12	31
		%	10,9%	6,8%	8,4%

Assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais.	N	0	2	2
	%	0,0%	1,1%	0,5%
Total	N	175	177	352
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto a escolaridade do pai, observa-se que as porcentagens de pais que possuem no desde ensino superior cursando/incompleto até pós-graduação é alta, com 49,2% dos respondentes, não havendo diferença significativa ao comparar as respostas de estudantes de Instituições privadas (48,6%) e públicas (52,8%).

Tabela 12 – Escolaridade do pai

		Privada	Pública	Total
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	Contagem	23	15	38
	%	10,6%	6,7%	8,3%
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	Contagem	18	19	37
	%	8,3%	8,4%	8,1%
Ensino Médio completo ou cursando	Contagem	49	61	110
	%	22,5%	27,1%	24,0%
Ensino Médio Incompleto/interrompido	Contagem	17	9	26
	%	7,8%	4,0%	5,7%
Ensino Superior completo ou cursando	Contagem	52	46	98
	%	23,9%	20,4%	21,4%
Ensino Superior incompleto/interrompido	Contagem	21	32	53
	%	9,6%	14,2%	11,6%
Nenhum	Contagem	5	2	7
	%	2,3%	0,9%	1,5%
Pós Graduação	Contagem	33	41	74
	%	15,1%	18,2%	16,2%
Total	Contagem	218	225	443
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme dados do IBGE (2018d), as mulheres estão mais escolarizadas que os homens. Pode-se observar isso nos resultados da pesquisa, onde 64,5% das mães possuem desde ensino superior cursando/incompleto até pós-graduação. Ao comparar os dados de alunos de Instituições públicas com privadas percebe-se uma diferença significativa, com as porcentagens sendo de 67,6% e 54,2% respectivamente.

Tabela 13 – Escolaridade da mãe

		Privada	Pública	Total
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	Contagem	12	8	20
	%	5,5%	3,6%	4,4%
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	Contagem	21	16	37
	%	9,6%	7,1%	8,1%
Ensino Médio completo ou cursando	Contagem	42	39	81
	%	19,3%	17,3%	17,7%
Ensino Médio Incompleto/interrompido	Contagem	23	10	33
	%	10,6%	4,4%	7,2%
Ensino Superior completo ou cursando	Contagem	61	69	130
	%	28,0%	30,7%	28,4%
Ensino Superior incompleto/interrompido	Contagem	20	23	43
	%	9,2%	10,2%	9,4%
Nenhum	Contagem	2	0	2
	%	0,9%	0,0%	0,4%
Pós Graduação	Contagem	37	60	97
	%	17,0%	26,7%	21,2%
Total	Contagem	218	225	443
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

A renda familiar média dos graduandos é de R\$ 7.140,71 e mediana de R\$ 5.000,00. Atualmente o salário mínimo (SM) é de R\$ 954,00, sendo a média de renda em torno de 7 SM, portanto. Foram desconsideradas 62 respostas, ficando ao todo 396 dados válidos para análise. A questão era aberta para os estudantes escreverem a renda de suas famílias, desse modo as respostas foram descartadas por motivos de não se enquadrarem no solicitado na pergunta.

Tabela 14 – Renda familiar (R\$)

	Média	N	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Mediana
Privada	7002,69	191	7593,164	950	60.000	5000,00
Pública	7269,31	205	6916,569	570	54.000	5000,00
Total	7140,71	396	7242,777	570	60.000	5000,00

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que os estudantes de Relações Internacionais possuem pais com um significativo capital econômico e cultural, com altos índices educacionais ao se considerar o contexto brasileiro. Além disso, nota-se que a maioria dos estudantes são jovens, brancos, os quais possuíam como principal objetivo ao saírem do ensino médio continuar com seus estudos, cenário comum entre adolescentes vindos de famílias com maior poder aquisitivo e escolaridade.

4.3 INGRESSO E DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Nesse bloco serão avaliadas as questões que envolvem a trajetória e a percepção do aluno sobre o seu período como graduando e as experiências vividas durante esse período essencial para a construção do processo de inserção profissional.

Após terminar o ensino médio nota-se que a maioria dos alunos tinha como prioridade começar o ensino superior (média de 4,60), com a média se mantendo basicamente a mesma ao se comparar o tipo de IES dos estudantes. Contudo, ao perguntar sobre a prioridade de encontrar trabalho após concluir o ensino médio, percebe-se uma diferença nas respostas, onde graduandos de Instituições privadas possuem média de 2,90 e oriundos de públicas, 1,94. Tal distinção é confirmada pelo teste ANOVA, com margem de erro de 0%.

Tabela 15 – Expectativas após terminar ensino médio

	Privada			Pública			Total		
	Média	N	Desv. Pad.	Média	N	Desv. Pad.	Média	N	Desv. Pad.
Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho	2,90	218	1,493	1,94	225	1,211	2,41	443	1,438
Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior	4,47	218	1,043	4,74	225	0,673	4,60	443	0,885

Fonte: Elaborado pela autora

Durante o curso a maioria dos respondentes, tanto de IES privadas (39%), quanto públicas (com uma diferença considerável, com 61,8% dos alunos), não estavam trabalhando e tiveram os gastos financiados pela família. Porém, entre os estudantes que estavam trabalhando as porcentagens mais significativas variam entre diferentes cenários: Trabalhando e gastos parcialmente financiados pela família, trabalhando e se sustentando e Trabalhando e gastos integralmente financiados pela família. Ressalta-se que graduandos de instituições privadas conciliaram trabalho e estudo em maior porcentagem do que os de instituições públicas, sendo que fatores como horários de aulas e situação financeira da família pode influenciar nas diferenças nas respostas.

Tabela 16 – Situação durante o curso

	Privada		Pública		Total	
	Contagem	%	Contagem	%	Contagem	%
Não trabalhando e vivendo de rendimentos	6	2,8%	3	1,3%	9	2,0%
Sem trabalho e meus gastos financiados pela família	85	39,0%	139	61,8%	224	50,6%

Trabalhando e contribuindo para o sustento da família	16	7,3%	9	4,0%	25	5,6%
Trabalhando e gastos integralmente financiados pela família	28	12,8%	19	8,4%	47	10,6%
Trabalhando e gastos parcialmente financiados pela família	53	24,3%	46	20,4%	99	22,3%
Trabalhando e me sustentando	27	12,4%	9	4,0%	36	8,1%
Trabalhando e sendo o principal responsável pelo sustento da família	3	1,4%	0	0,0%	3	0,7%
Total	218	100,0%	225	100,0%	443	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

A internacionalização é cada vez mais exigida e procurada no mundo globalizado atual, porém ressalta-se a importância da mesma no curso de Relações Internacionais para maior compreensão e prática dos distintos mercados e culturas. No entanto, apenas 20,8% dos alunos tiveram a oportunidade de realizar um intercâmbio ou mobilidade acadêmica, não havendo diferenças significativas entre IES públicas ou privadas. Apesar de tais oportunidades estarem mais acessíveis a população, os dados refletem como ainda é algo limitado para alguns, principalmente na época de crise econômica em que o país se encontra.

Tabela 17 – Graduandos que realizaram intercâmbio/mobilidade acadêmica

		Não	Sim	Total
Privada	Contagem	177	41	218
	%	81,2%	18,8%	100,0%
Pública	Contagem	174	51	225
	%	77,3%	22,7%	100,0%
Total	Contagem	351	92	443
	%	79,2%	20,8%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Nas afirmações sobre IES e inserção profissional foram consideradas apenas as respostas dos alunos que estão nos semestres finais do curso (7º a 10º semestre), por motivo de terem uma melhor percepção e experiência sobre o processo de inserção profissional. Portanto, obteve-se 212 respostas válidas. As questões são de escala Likert de 1 a 5, sendo 1 discordo totalmente e 5 concordo totalmente. Além de medir a média e desvio padrão foi realizado o teste ANOVA a fim de comparar se a percepção dos estudantes varia de acordo com o tipo de instituição de ensino, porém não foi evidenciado nenhuma distinção. As afirmações com maiores médias foram: Tive/tenho dificuldade de adquirir experiência profissional durante a graduação (média de 3,87) e O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição é insuficiente (média de 3,86). Percebe-se certo descontentamento com as IES em relação a inserção profissional, pois os graduandos além de concordarem que

o preparo ofertado é insuficiente, discordam quando questionados se perceberam ações das Instituições para auxiliar no preparo na inserção profissional (média de 2,31).

Tabela 18 – Afirmações sobre o curso e inserção profissional

	Privada		Pública		Total	
	Média	Desv. Pad.	Média	Desv. Pad.	Média	Desv. Pad.
Percebo que o status da instituição que realizo o ensino superior é importante para a minha inserção no mercado de trabalho	3,71	1,109	3,91	1,142	3,82	1,130
Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho	3,69	1,277	3,82	1,176	3,76	1,220
Durante o curso percebi ações da instituição de ensino para auxiliar minha inserção profissional	2,43	1,263	2,22	1,083	2,31	1,167
O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição é insuficiente	3,76	1,228	3,93	1,071	3,86	1,143
Tive/tenho dificuldade de adquirir experiência profissional durante a graduação	3,81	1,313	3,92	1,277	3,87	1,291

Fonte: Elaborado pela autora

4.4 SOBRE O TRABALHO ATUAL

Dos 443 alunos, 266 estudantes (60%) estavam trabalhando no momento que responderam o questionário. Ressalta-se que trabalho não é o equivalente a vínculo empregatício, podendo ser considerado estágio, bolsa, emprego formal e até voluntariado, por exemplo. Ao comparar as respostas dos graduandos de IES públicas e privadas observa-se que não existe muita diferença nas porcentagens, com respectivamente 57,3% e 62,8% dos respondentes trabalhando, resposta que de certa forma contraria os resultados obtidos na questão sobre a situação durante o curso, onde 61,8% dos alunos de Instituições públicas afirmaram não trabalharem e serem sustentados pela família durante o maior tempo da graduação. Presume-se que a diferença seja explicada pelo fato dos graduandos que estão trabalhando no momento passaram a maior parte do curso sem fazê-lo ou que a questão do que é trabalho não tenha ficado esclarecida na primeira pergunta, sendo assim associado trabalho com vínculo empregatício.

Tabela 19 – Trabalha atualmente

		Não	Sim	Total
Privada	Contagem	81	137	218
	%	37,2%	62,8%	100,0%
Pública	Contagem	96	129	225
	%	42,7%	57,3%	100,0%
Total	Contagem	177	266	443
	%	40,0%	60,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Quando perguntado se o trabalho atual dos alunos é relacionado a área de RI obteve-se porcentagens bem semelhantes, com 48,5% afirmando que não era relacionado e 51,5% dizendo que era. Contudo, quando se segmenta as respostas de acordo com a IES do graduando nota-se uma pequena diferença nas respostas, com 45,3% dos estudantes de privadas trabalhando com atividades relacionadas a RI, comparado a 58,1% dos alunos de Instituições públicas. Situações como a maior dificuldade de se inserir na área dependendo do vínculo de trabalho e distintas trajetórias de trabalho-ensino superior, onde em alguns casos a graduação serve como porta de entrada para o mercado de trabalho e situações em que a graduação aparece como um meio de progredir profissionalmente são explicações práticas para os resultados encontrados.

Tabela 20 – Trabalho do aluno é relacionado a Relações Internacionais

		Não	Sim	Total
Privada	Contagem	75	62	137
	%	54,7%	45,3%	100,0%
Pública	Contagem	54	75	129
	%	41,9%	58,1%	100,0%
Total	Contagem	129	137	266
	%	48,5%	51,5%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao tipo de organização do trabalho atual dos estudantes, verifica-se que a maioria trabalha em empresas privadas (64,3%), porém essa porcentagem diminui consideravelmente em estudantes de IES públicas, em que 49,6% trabalham em empresas e 42,6% em organizações públicas.

Tabela 21 – Tipo de organização

		ONG	Privada	Pública	Total
Privada	Contagem	11	107	19	137
	%	8,0%	78,1%	13,9%	100,0%
Pública	Contagem	10	64	55	129

	%	7,8%	49,6%	42,6%	100,0%
Total	Contagem	21	171	74	266
	%	7,9%	64,3%	27,8%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Questionados sobre o tempo que trabalham nas organizações, nota-se que a maioria, 59,8%, está trabalhando há pouco tempo (menos de 1 ano). Ressalta-se que estudantes de Instituições privadas possuem trabalhos mais estáveis, onde 14,6% trabalham acima de 2 anos no mesmo local. Contudo, recorda-se que a porcentagem de graduandos de IES privadas que trabalhavam em áreas não relacionadas a RI era significativo, dessa forma é provável que esses respondentes tenham começado o ensino superior trabalhando em outra área e permaneceram no emprego/área de origem.

Tabela 22 – Tempo que trabalha na organização

		Há menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Privada	Contagem	83	34	20	137
	%	60,6%	24,8%	14,6%	100,0%
Pública	Contagem	76	48	5	129
	%	58,9%	37,2%	3,9%	100,0%
Total	Contagem	159	82	25	266
	%	59,8%	30,8%	9,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, observa-se que a maioria dos alunos trabalhavam no momento que responderam o questionário, porém uma porcentagem significativa não trabalha na área do curso de graduação. No próximo bloco serão tratadas as variáveis relacionadas ao tipo de inserção que os alunos estão vivendo, utilizando-se para isso análise de questões mais aprofundadas sobre a percepção dos estudantes sobre mercado de trabalho e sobre seus trabalhos.

4.4 INSERÇÃO PROFISSIONAL QUALIFICANTE E NÃO QUALIFICANTE

Cordeiro (2002) desenvolveu os conceitos de inserção qualificante e não qualificante. Foram feitas análises em dois momentos tidos como fundamentais: a inserção na organização de trabalho, através de políticas de recrutamento, e os processos de pós inserção, com as políticas de manutenção e valorização do funcionário. De acordo com a classificação de

Volkmer Martins (2016) das variáveis que caracterizam uma inserção qualificante ou não qualificante, serão avaliadas questões envolvendo renda, qualificação do funcionário e outras questões relacionadas ao trabalho dos respondentes.

Os rendimentos mensais foram perguntados de forma aberta, onde os alunos poderiam escrever sua renda provenientes do seu trabalho atual. Cinco respostas desconsideradas – quatro por causa das respostas não conterem os rendimentos, mas sim outras respostas e uma em que os ganhos eram de R\$ 45.000,00, a qual foi considerado provável erro de preenchimento já que não condiz com o restante das respostas do graduando, além de que influenciaria o resultado encontrado por ser um valor tão destoante dos demais. Atualmente o salário mínimo é R\$ 954,00, sendo que a média dos rendimentos foram de R\$ 1.546,02 para estudantes de Instituições privadas e R\$ 1367,65 de públicas.

Tabela 23 – Rendimentos médios sobre trabalho atual

	Média	N	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Privada	R\$ 1546,02	135	1393,47	1200,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00
Pública	R\$ 1367,65	126	1341,00	1050,00	R\$ 0,00	R\$ 7.000,00
Total	R\$ 1459,91	261	1368,68	1200,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00

Fonte: Elaborado pela autora

Sobre se a organização de trabalho investe em qualificação dos funcionários, a questão incluía as seguintes opções para plano de qualificação: cursos organizados pela própria instituição; contrata empresas para dar cursos na própria instituição; empresa paga porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que estejam ligados ao trabalho; empresa paga porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que não estejam diretamente relacionados ao trabalho. As respostas foram agrupadas entre empresas que não possuem planos de qualificação (56%) e que possuem (44%).

Tabela 24 – Trabalho atual possui planos de qualificação

		Não	Sim	Total
Privada	Contagem	76	61	137
	%	55%	45%	100%
Pública	Contagem	73	56	128
	%	57%	44%	100%
Total	Contagem	149	117	266
	%	56%	44%	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao contrato de trabalho, 49% dos alunos possuem contratos determinados (com tempo estipulado para término) e 51% contratos indeterminados, sendo que das IES privadas 61,5% possuem contratos indeterminados e das públicas apenas 39,8%.

Tabela 25 – Tipo de contrato de trabalho

		Determinado	Indeterminado	Total
		Privada	Contagem %	52 38,5%
Pública	Contagem %	77 60,2%	51 39,8%	128 100,0%
Total	Contagem %	129 49,0%	134 51,0%	263 100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

O vínculo de trabalho predominante para estudantes de Instituições particulares é funcionário de empresa privada, com 42,3% das respostas, seguido de estágio remunerado, com 37,2%. Para alunos de IES públicas, a maior porcentagem de respostas é de estágio remunerado (43,4%), seguido de funcionário de empresa privada (18,6%) e bolsista (14,7%). Esses dados são essenciais para analisar outras questões em conjunto, como renda e tipo de trabalho a fim de determinar corretamente o tipo de inserção profissional e entender melhor os processos para ambos os grupos de graduandos.

Tabela 26 – Vínculo de trabalho

	Privada		Pública		Total	
	Contagem	%	Contagem	%	Contagem	%
Bolsista	1	0,7%	19	14,7%	20	7,5%
Cargo em Comissão	4	2,9%	2	1,6%	6	2,3%
Emprego temporário em empresa	0	0,0%	1	0,8%	1	0,4%
Estágio não remunerado	3	2,2%	6	4,7%	9	3,4%
Estágio remunerado	51	37,2%	56	43,4%	107	40,2%
Funcionário de empresa privada	58	42,3%	24	18,6%	82	30,8%
Funcionário Público Concursado	3	2,2%	3	2,3%	6	2,3%
Sou dono e/ou sócio/associado	1	0,7%	1	0,8%	2	0,8%
Terceirizado	6	4,4%	3	2,3%	9	3,4%
Trabalha em empresa/negócio familiar	2	1,5%	0	0,0%	2	0,8%
Trabalha por conta própria/Autônomo	2	1,5%	4	3,1%	6	2,3%
Voluntário	6	4,4%	10	7,8%	16	6,0%
Total	137	100,0%	129	100,0%	266	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

Foram realizadas algumas afirmações sobre o trabalho atual dos estudantes, passando por questões como satisfação, compatibilidade de renda e funções, etc. As médias das respostas ficaram em torno de 3, considerando escala Likert de 1 a 5. Ao aplicar o teste ANOVA, percebe-se diferença na percepção dos alunos de Instituições públicas e privadas, com margem de erro de 5%, nas questões: “Estou satisfeito com o cargo que ocupo” e “As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha formação”. A primeira questão obteve média de 2,94 e a segunda de 2,43 para IES privadas, enquanto que para Instituições públicas as médias foram respectivamente de 3,30 e 2,84.

Tabela 27 – Afirmações sobre o trabalho atual

	Particular		Pública		Total	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Estou satisfeito com o cargo que ocupo	2,94	1,316	3,30	1,235	3,12	1,288
As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha formação	2,43	1,424	2,84	1,550	2,63	1,497
As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha experiência profissional	3,20	1,312	3,34	1,320	3,27	1,315
Minha remuneração é compatível com a minha formação	2,58	1,438	2,88	1,549	2,73	1,498
Minha remuneração é compatível com as atividades que executo	3,00	1,450	3,26	1,434	3,13	1,445

Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionados se possuíam autonomia para realizar as tarefas em geral nos postos de trabalho já ocupados a média foi de 3,08, com 3,23 para estudantes de IES privadas e 2,93 de públicas. Realizado o teste ANOVA, percebe-se diferença na percepção de autonomia dos grupos de alunos, com margem de erro de 1%. Ressalta-se novamente a importância de analisar as respostas em consideração com os resultados já obtidos, sendo o vínculo de trabalho importante fator para entendimento do contexto dos alunos. Em relação a percepção sobre se as tarefas executadas e remuneração paga são compatíveis com a qualificação do respondente obtém-se médias de 3,37 e 3,61 respectivamente, mostrando um certo nível de concordância com as afirmações.

Tabela 28 – Percepção sobre vagas de trabalho

	Privada			Pública			Total		
	Média	N	Desv. Pad.	Média	N	Desv. Pad.	Média	N	Desv. Pad.

Percebo que a remuneração PAGA para meu curso é inferior ao nível de qualificação que possuem	3,61	218	1,210	3,67	225	1,018	3,64	443	1,115
Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para meu curso são para tarefas inferiores a sua qualificação	3,37	218	1,293	3,38	225	1,104	3,37	443	1,199
Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas	3,23	218	1,230	2,93	225	1,140	3,08	443	1,193

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar de forma geral as variáveis relacionadas ao tipo de inserção profissional percebe-se que enquanto os alunos de IES privadas possuem vínculos de trabalho mais estáveis, pode-se dizer que os mesmos também possuem inserções menos qualificantes se comparados com os alunos de Instituições públicas. No primeiro grupo de alunos a maior parte dos respondentes trabalham em empresas privadas com carteira assinada, porém ressalta-se que como visto anteriormente, esses mesmos estudantes possuem um número significativo de respondentes em que o trabalho não é relacionado a área de RI. Também se nota uma maior insatisfação com a vaga ocupada, assim como uma percepção de que as tarefas realizadas não correspondem a formação do graduando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção profissional ainda é um tema pouco desenvolvido no Brasil, sendo mais recorrente pesquisas e estudos sobre empregabilidade, principalmente voltada para determinados setores. É importante que o assunto seja estudado para conseguirmos compreender como mercados atuam, assim como entendermos como ocorre tal processo em um país marcado por contradições e com um contexto político e econômico complexo como o nosso.

O curso de Relações Internacionais ainda é recente e se encontra em fase de expansão – refletindo o aumento do ensino superior como um todo no país. No entanto, também se observa que a área em si ainda está se consolidando no mercado de trabalho, o que faz com que os estudantes de RI muitas vezes acabem concorrendo por vagas com profissionais de outras áreas como administração, comércio exterior, economia e até engenharia, o que destoia do objetivo inicial do curso.

Primeiramente realizou-se entrevistas com coordenadores e alunos do curso para entender melhor a área e seu mercado de trabalho. Com base nas respostas obtidas foi formulado um questionário, o qual foi distribuído através de plataformas *online* e respondido por 443 estudantes.

O conceito de inserção que foi utilizado neste estudo não é apenas a obtenção de uma vaga no mercado de trabalho, mas sim de uma inserção profissional qualificada. Atualmente o investimento em educação não é garantia de melhores salários, pois o ensino superior sozinho não garante mais uma boa inserção. Fatores individuais (como origem familiar, idade e gênero) influenciam esse processo, assim como o contexto sócio histórico (situação econômica, demográfica, etc.) e variáveis institucionais (políticas de recursos humanos, programas governamentais, entre outros).

A pesquisa possui como objetivo principal entender como está ocorrendo a inserção profissional dos estudantes de RI, buscando-se para atingir esse fim a caracterização do perfil do aluno de Relações Internacionais – obtida na caracterização da amostra através das questões de inserção profissional de elementos individuais e também nas questões de caráter econômico da família, incluídas no bloco de origem familiar – assim como a análise de como as diversas variáveis envolvidas no processo de inserção profissional estão impactando no ingresso ao mercado de trabalho desses estudantes – onde as questões envolvendo inserção profissional, através de elementos individuais, coletivos, sócio históricos e de mobilidade

social foram consideradas. Por último, buscou-se conhecer as atividades ocupadas pelos estudantes de Relações Internacionais e discutir se a inserção profissional dos estudantes de RI pode ser considerada como qualificante, sendo que ambos os objetivos foram analisados nas variáveis relacionadas ao trabalho atual dos graduandos e sobre suas percepções acerca do mercado de trabalho na área.

Ao caracterizar a amostra percebe-se um grande número de respondentes das Regiões Sul e Sudeste. A maioria dos estudantes são jovens, com média de 22 anos, mulheres (60,9%) e autodeclarados brancos. Os graduandos em geral vêm de uma boa situação socioeconômica, onde as famílias possuem rendas elevadas para o padrão brasileiro, assim como um alto grau de escolaridade, porém percebe-se uma certa diferença nos dados ao diferenciar as respostas daqueles oriundos de IES públicas e privadas, onde esses últimos as rendas e escolaridade familiares encontradas são levemente menores.

Quando responderam o questionário, a maioria dos estudantes trabalhava, independentemente do tipo de IES que estudavam, porém, as porcentagens variam quando questionados se a vaga ocupada é relacionada a área de Relações Internacionais, com 45,3% dos alunos de Instituições privadas respondendo que sim e 58,1% dos graduandos de públicas. Grande parte dos respondentes consideram que as atividades que exercem no seu trabalho não estão em conformidade com as suas formações, destacando-se que existe uma diferença de percepção segundo o tipo de IES da graduação, de acordo com o teste ANOVA.

A maioria dos estudantes de IES particulares são funcionários de empresas privadas (42,3%) e estagiários (37,2%), resultados que são invertidos ao comprar o vínculo de trabalho dos alunos de Instituições públicas, onde 43,4% são estagiários 18,6% são empregados de empresas privadas. Essa diferença de vínculo influencia na renda dos graduandos, em que a média para o primeiro grupo de respondentes é de R\$ 1.546,02 e para o segundo grupo é de 1.367,65. Ressalta-se uma grande quantidade dos alunos de Instituições privadas ocupam postos de trabalho que não estão relacionados a área de RI, o que se justifica pelo fato de muitos estudantes destas instituições precisarem trabalhar para ajudar financeiramente suas famílias ou pagar seus estudos, além de muitas vezes começarem o ensino superior trabalhando em outra área, motivos que dificultam a adquirir experiência profissional durante a graduação.

Quanto ao contrato de trabalho, 49% por respondentes possuem contratos determinados, com 38% dos alunos de IES privadas e 60,2% dos estudantes de Instituições públicas possuindo trabalhos com prazo para término. Outro fator importante para determinar se a inserção profissional é qualificante ou não é se a organização possui plano de

qualificação para os funcionários, onde 56% dos estudantes afirmaram não existir nos seus locais de trabalho. Devido aos resultados encontrados pode-se afirmar que muitos dos alunos não estão tendo uma inserção qualificante, porém destaca-se que a o processo de inserção é onde há idas e vindas entre vínculos mais estáveis e precários e que o analisado não mostra o processo completo para todos.

Espera-se com essa pesquisa contribuir com os estudos sobre inserção profissional e aumentar a discussão sobre o tema na academia. Sugerem-se para estudos futuros ampliar os resultados obtidos em algumas regiões a fim de obter uma amostra significativa de acordo com a população e número de Instituições que oferecem o curso em cada região. Também sugere-se realizar uma pesquisa com egressos do curso – talvez através de métodos qualitativos dado a maior dificuldade de conseguir uma amostra significativa – objetivando comparar as respostas encontradas. Encontrou-se como limitações durante a pesquisa o alcance nacional em um número amostral significativo para cada região, em parte pela limitação de tempo e pela dificuldade de contato com algumas instituições. Dessa forma também se sugere futura continuação da pesquisa, a fim de buscar expandir o número de respondentes de alguns locais do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Da definição, classificação e relações de estágio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, cap. 1, art. 1º, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CORDEIRO, João Pedro. Modalidades de inserção profissional dos quadros superiores nas empresas. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Porto, Portugal, n. 38, p. 79-98, 2002. Disponível em: Acesso em: 06 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Agência Sala de Imprensa. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017.html>>. Acesso em: 05 out 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2018a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2001. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 out 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 dez 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 out 2017.

JULIÃO, T.S. A Graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Revista Monções**, v.1, nº1, p.13-48, jul-dez, 2012.

KINDERMANN, P.M; NOGAREDO, S.M. **Inserção Profissional dos Egressos do Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina**. 2014. Disponível

em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/f15ba6c4-83ba-47cc-b495-e1b662a8171f/artigo_milene-monica_viii-spi.pdf?MOD=AJPERES_> Acesso em: 10 out 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, B. V. *Expansão e Diversificação do Ensino Superior no Brasil: a mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores tecnológicos na região metropolitana de Porto Alegre-RS*. 2016. 436 f. Tese (Tese em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MARTINS, B. V.; D'ARISBO, A. *Inserção Profissional no Brasil: Proposta Analítica. EnGPR*. CURITIBA, PR: maio, 2017.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R. Reflexões sobre a Empregabilidade dos Jovens Provenientes de Cursos Superiores de Tecnologia. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 37-54, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 15 de agosto de 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. 2003. **O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas**: In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.20, jun., pp.103–114, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>> Acesso em: 01 dez 2017

POLETTO, D. B. *O Processo de Inserção Profissional dos Egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*. 2018. 155 f. Dissertação (Dissertação em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

PUC MINAS. Departamento de Relações Internacionais. **Pesquisa com Egressos**. Disponível em <<http://www.ri.pucminas.br/site/index.php?pasta=mercado&pag=5>> Acesso em: 10 out 2017.

RIBEIRO, F. P; KATO, M; RAINER, G. Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório. **Boletim Meridiano 47.**, v. 14, n. 135, jan/fev, 2013, p. 10-18.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. **Da formação ao mercado de trabalho:** caminhos de inserção profissional dos estudantes de Administração. Proposta de Pesquisa Chamada Universal – MCTI/CNPQ N° 14/2012. 2012b, p. 1-12.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Revista pensamento contemporâneo em administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 124-135, jan./mar., 2012. Disponível em: < <http://www.uff.br/pae/pca/article/viewFile/124/96> >. Acesso em: 09 dez. 2017.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. A Constituição do Trabalho na Sociedade Moderna. In: PICCININI, V. C.; ALMEIRA, M.L.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. (Orgs). Sociologia e Administração: relações sociais nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, p. 63-73, 2012.

ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Uma Análise sobre a Inserção Profissional de Estudantes de Administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2. SÃO PAULO, SP: mar/abr, 2012b, p. 44-75.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. **Revista de Administração Pública. RAP.** Rio de Janeiro: v. 44, n. 2, mar./abr. 2010, p.385-41.

VOLKMER MARTINS, Bibiana. ; OLIVEIRA, L. B. ; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. . **Rebaixamento de Diplomas de Jovens Estudantes e Egressos do Ensino Superior: Proposta de Escala de Mensuração.** In: XL Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), 2017, São Paulo. Anais do XLI EnANPAD, 2017.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS COM OS ALUNOS E COORDENADORES

Roteiro utilizado com os alunos:

Semestre:

Idade:

Fez outro curso? Qual?

1. Quais os motivos que levam os alunos a cursarem Relações Internacionais?
2. Você fez/faz alguma atividade extracurricular? Quais atividades você acredita que mais agregam para o seu desenvolvimento?
3. Você se preocupa em buscar experiências profissionais durante a graduação?
4. Depois de terminar a graduação, quais são seus planos?
5. Como você enxerga o mercado de trabalho para os profissionais de Relações Internacionais?
6. O que você acredita ser necessário para os alunos conseguirem se inserirem bem no mercado de trabalho?

Roteiro utilizado com os coordenadores:

Formação:

Breve histórico profissional:

Tempo de atuação na área de ensino:

Empo na coordenação

Perguntas para os coordenadores:

1. Quais as principais motivações que levam os estudantes a querer cursar Relações Internacionais?
2. Durante o curso os estudantes possuem oportunidades para se inserirem profissionalmente? Quais as principais atividades exercidas?
3. Alguma área de atuação possui um maior interesse dos estudantes? Por quê?
4. Alguma área possui um maior número de absorção de profissionais? Por quê?
5. Você acredita que a inserção profissional dos estudantes varia de acordo com a instituição de ensino? Como?
6. O conhecimento de idiomas para o curso de relações internacionais é imprescindível. Você acredita que os estudantes ingressam, ou pelo menos saem do curso, com o nível necessário para exercerem a profissão? A instituição de ensino concede auxílio nesse quesito?
7. A instituição possui algum acompanhamento sobre a empregabilidade dos alunos? Como é feito?
8. Como é o mercado de trabalho atual para aqueles que estão começando suas carreiras?
9. O que você acredita ser necessário para os alunos conseguirem se inserirem bem no mercado de trabalho?

ANEXO – QUESTIONÁRIO

Prezado Aluno(a), esta pesquisa tem por objetivo analisar as atividades desenvolvidas durante o período de estudo e as perspectivas profissionais dos estudantes do curso de Relações Internacionais. Para tanto, precisamos da sua contribuição preenchendo este questionário, que é formado por questões objetivas e pode ser respondido em 10 minutos. O questionário não é identificado e os resultados obtidos serão analisados no conjunto, nunca individualmente. Obrigado pela sua colaboração!

BLOCO I – O INGRESSO NO CURSO

1. Em qual instituição de ensino você estuda?
2. Em qual cidade você mora?
3. Qual semestre você está cursando?
1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º 10º
4. Já é FORMADO em outro CURSO SUPERIOR além de RI? Sim Não
5. Já iniciou outro CURSO SUPERIOR que NÃO concluiu? Sim Não
6. Processo seletivo de ingresso no curso de RI:
Vestibular
Ingresso de diplomado
Transferência Interna
SISU
7. Entrou na universidade através de algum incentivo governamental? Se sim, qual?
Não
Reserva de Vagas (cotas) PROUNI
FIES
Outro.
8. Quais foram as suas principais motivações para a escolha do curso no ensino superior?
(marque NO MAXIMO 3 ALTERNATIVAS) *
Influência familiar
Oportunidades de emprego na área
Influência de amigos
Ser diplomata
Influência da mídia
Experiência na área
Influência de professores ou da Escola
Identificação com os temas estudados na graduação
Motivação financeira
Para fazer concurso público
Formação abrangente
Falta de outras opções que me interessassem

Interesse pela área de atuação profissional
Outra. Qual?

BLOCO II – INSERÇÃO PROFISSIONAL

9. Indique se realizou algumas das atividades abaixo:

Monitor de Disciplina

Bolsista de Iniciação Científica/Participação voluntária em pesquisa

Bolsista de Apoio Técnico / Bolsa-Trabalho

Estágio Obrigatório

Estágio não obrigatório

Projeto de extensão

Empresa Júnior

OUTRO:

10. Assinale a situação abaixo que melhor descreve o seu caso durante a maior parte do curso:

Sem trabalho e meus gastos financiados pela família

Trabalhando e gastos integralmente financiados pela família

Trabalhando e gastos parcialmente financiados da família

Trabalhando e me sustentando

Trabalhando e contribuindo para o sustento da família

Trabalhando e sendo o principal responsável pelo sustento da família

Não trabalhando e vivendo de rendimentos

11. Você verá a seguir uma série de afirmações sobre as contribuições do ensino superior para a sua inserção no mercado de trabalho. Por favor, indique em que medida você concorda com cada uma delas. Sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente.

Percebo que o status da instituição que realizo o ensino superior é importante para a minha inserção no mercado de trabalho

Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho

Durante o curso percebi ações da instituição de ensino para auxiliar minha inserção profissional

Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava

No ensino superior construí uma rede de relacionamentos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino

O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição é insuficiente

Quando terminei o ensino médio minha prioridade era fazer o ensino superior

Quando terminei o ensino médio minha prioridade era encontrar trabalho

O ensino superior permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino

Em geral nos postos de trabalho que já ocupei possuía autonomia para realizar as tarefas

Percebo que de forma geral as vagas que são oferecidas para meu curso são para tarefas inferiores a sua qualificação

Percebo que a remuneração PAGA para meu curso é inferior ao nível de qualificação que possuem

As políticas de incentivo a educação governamentais, como cotas, bolsas e programas de financiamento foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior

O curso permitiu melhorar a minha situação econômica

A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho

Tive dificuldade de adquirir experiência profissional durante a graduação

12. Avaliação geral da formação recebida, incluindo todos os aspectos (domínio dos conceitos teóricos da área de estudos e a aquisição de cultura universal

(1) Péssimo (5) Excelente

13. Você realizou intercâmbio/mobilidade acadêmica durante a graduação em Relações Internacionais? Sim Não – Se respondeu não, pular para o bloco IV

BLOCO III – INTERCÂMBIO

14. Qual foi seu tipo de intercâmbio?

Intercâmbio (sem vínculo com instituição de ensino)

Mobilidade acadêmica internacional (via instituição de ensino)

Mobilidade acadêmica nacional (via instituição de ensino)

15. Você obteve bolsa para realizar o intercâmbio? Sim Não

16. Indique seu grau de concordância com as afirmativas abaixo:

Apreendi um idioma estrangeiro

Tornei-me fluente em alguma língua estrangeira

Tornei-me mais aberto ao diálogo com pessoas de culturas diferentes

Apreendi conteúdos no exterior aos quais não teria acesso na minha instituição de ensino

Desenvolvi maior autonomia na organização dos estudos e da minha vida particular

Incentivou-me a buscar possibilidades de formação (cursos, programas de pesquisa, extensão, outros) complementares às disciplinas cursadas na graduação

Tive acesso a ideias que me permitiram vislumbrar uma possibilidade de negócio no Brasil

Criei um diferencial na disputa de vagas no mercado de trabalho

Tive vantagens na entrevista de emprego por ter morado no exterior

Tenho dificuldade de comunicação com colegas provenientes de ambientes culturais distintos

Encontrei possibilidade de trabalho em outro país

Encontrei possibilidade de abertura de negócio em outro país

BLOCO IV – EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

17. Você verá a seguir uma série de afirmações sobre suas expectativas profissionais futuras. Por favor, indique em que medida você concorda com cada uma delas.

Trabalhar numa multinacional

Abrir um negócio próprio

Atuar como servidor público

Ter uma experiência de estudo no exterior

Mudar de emprego

Trabalhar em empresas reconhecidas no mercado
 Ter uma experiência de trabalho no exterior
 Aprofundar conhecimento na área de atuação por meio de cursos de pós-graduação na área de RI
 Fazer novo curso de graduação
 Ingressar na carreira acadêmica
 Ser diplomata
 Mudar de cidade
 Está trabalhando atualmente (estágio, emprego formal, trabalho voluntário, trabalho informal remunerado, autônomo, bolsa de iniciação científica)?
 Sim Não – Se não, pular para bloco VI

BLOCO V – SOBRE SEU TRABALHO ATUAL

18. Por gentileza, pensando em seu trabalho atual indique seu nível concordância com as afirmativas abaixo:

Estou satisfeito com o cargo que ocupo
 As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha formação
 As funções que exerço atualmente estão em conformidade com a minha experiência profissional
 Minha remuneração é compatível com as atividades que executo
 Minha remuneração é compatível com a minha formação
 Há quanto tempo está no seu trabalho atual

19. Seu trabalho é relacionado a área de RI? Sim Não

20. Qual o tipo de organização?

Pública
 Privada
 ONG

21. Qual o seu vínculo com a organização?

Estágio não remunerado
 Estágio remunerado
 Funcionário Público Concursado
 Cargo em Comissão
 Funcionário de empresa privada com carteira assinada
 Funcionário de empresa privada sem carteira assinada
 Voluntário
 Terceirizado
 Trabalha em empresa/negócio familiar
 Trabalha por conta própria/Autônomo
 Sou dono e/ou sócio/associado/cooperado de uma empresa
 OUTRO:

22. O seu contrato de trabalho é por tempo:

Determinado
 Indeterminado

23. A sua organização possui algum plano de qualificação profissional? (Marque quantas opções forem necessárias)

Não

Sim, possui cursos organizados pela própria instituição

Sim, contrata empresas para dar cursos na própria instituição

Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição e que estejam ligados ao trabalho

Sim, a organização paga uma porcentagem (ou tudo) de cursos que os funcionários queiram fazer fora da instituição, mesmo que não estejam ligados diretamente ao trabalho

Outro:

24. Qual é o valor dos RENDIMENTOS mensais referente ao seu trabalho atual? Questão aberta.

BLOCO VI – INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

25. Idade: Questão aberta

26. Gênero: Feminino Masculino

27. Estado civil:

Solteiro

Casado

Separado

Viúvo

28. Como você se autodeclara quanto a sua etnia? Questão aberta

29. Qual é a sua RENDA FAMILIAR bruta mensal atualmente? Questão aberta

30. Quantas pessoas residem com você?

Nenhuma

1

2

3 ou mais

31. Você cursou a maior parte do ensino médio em escola:

Pública

Privada

32. Seu conhecimento da LÍNGUA INGLESA:

(1)Muito bem (2) Bem (3) Razoavelmente (4) Pouco

Lê

Escreve

Fala

33. Seu conhecimento da LÍNGUA ESPANHOLA:

(1)Muito bem (2) Bem (3) Razoavelmente (4) Pouco

Lê

Escreve

Fala

34. Informe o grau de escolaridade do seu Pai/Mãe

Nenhum

Ensino Fundamental (1º a 4º série)

Ensino Fundamental (5º a 8º série)

Ensino Médio Incompleto/interrompido

Ensino Médio completo ou cursando

Ensino Superior incompleto/interrompido Ensino Superior completo ou cursando

Pós-Graduação

35. Caso seus pais tenham feito GRADUAÇÃO, informe o(s) curso(s): Questão aberta

36. Qual era o trabalho da sua mãe e do seu pai quando você tinha cerca de 14 anos?

Categoria	Mãe	Pai
1. Não trabalhava/do lar		
2. Gerentes de grandes empresas, funcionários públicos de alto cargo, grandes proprietários de empresas e grandes fazendeiros.		
3. Profissões liberais (médico, advogado, dentista).		
4. Professores ensino superior, produtores artísticos, patrões do comércio grande ou da indústria, quadros do setor privado (qualificado), engenheiros, arquiteto, veterinário, quadros intermediários do setor público, quadros intermediários do setor privado, trabalhadores da indústria com alta qualificação, psicólogos, contadores, analista de sistemas, desenvolvedor de <i>software</i> .		
5. Patrões do comércio médio, professores primários/ensino médio, enfermeiro, agente social, jornalista, bibliotecário, fotógrafo, publicitário, músico, bancário, militar, radialista, fisioterapeuta, coreógrafa, designer gráfico, projetista, produtor.		
6. Quadros médios do comércio (lojas e restaurantes), técnicos, empregados de escritório, funcionário público de cargos baixos, policial, corretor de imóveis, comprador, representante comercial.		
7. Serviços médico-sociais (técnicos da saúde), pequenos comerciantes, quadros médios administrativos, administradores de pequenos estabelecimentos industriais e de serviços, gerentes em pequenos estabelecimentos.		
8. Pequenos proprietários sem empregados, incluindo pequenos produtores rurais.		
9. Atendente de telemarketing, frentista, caixa de supermercado, trabalhadores domésticos (diarista, empregada doméstica, babá, jardineiro, motorista), cuidadora geriátrica, garçom, cobrador, vendedor ambulante, vigilante, zelador.		
10. Técnicos: metalúrgico, mecânico, eletricista, confeitoiro, padeiro, cozinheiro, cabeleireiro.		
11. Pintores, pedreiros, azulegista, gessoiro, encanador, sapateiro, artesãos, operário sem qualificação, camareira, auxiliar de cozinha, copeiro, açougueiro, auxiliar transporte, agente funerário, soldador, merendeira, separador, recepcionista, catador de reciclados, manicure, operários de baixa qualificação.		

12. Assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais		
13. Não se aplica/sem condições de responder		

Caso queira receber os resultados desta pesquisa deixe-nos seu e-mail: